

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: NO AMAZ. TERRA

Data: 30.04.87

Pg.: 407

Apenas 5% da área dos índios são demarcadas

O superintendente de Assuntos Fundiários da Funai — Fundação Nacional do Índio, Daniel Marques de Souza, disse ontem, em entrevista coletiva, que os setores prioritários de maior assistência, junto à comunidade indígena, serão a educação, a saúde e a questão da demarcação de terras, que, segundo ele apenas 5% do território indígena é demarcado, "questão hoje esquecida pelos órgãos governamentais", acrescenta.

Daniel Marques esteve de passagem por Manaus para encontro com a população indígena no alto rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, onde já estão presentes o superintendente regional da Funai, Sebastião Amâncio, e o superintendente geral da Fundação, Marcelo Coutelo Chagas, e a comunidade indígena daquela região.

O objetivo da Funai, em participar da reunião, será ouvir as reivindicações da comunidade e depois tentar solucionar esses problemas, que estão voltados em sua maioria para a falta de demarcação de terras e invasão de mineradoras nas áreas.

O superintendente explicou que atualmente já existem 467 áreas demarcadas no Brasil, mas que, na sua maioria, continuam com grandes deficiências. A maior preocupação, hoje, da Funai, é a preservação da comunidade indígena na sua cultura, e o ecossistema.

Quanto a um plano de metas a Funai, para demarcar todas as terras indígenas, Daniel informou que existe um programa para, dentro de 3 anos, fazer a total demarcação e que, na Amazônia, apenas a região de Autazes foi a principal beneficiada. "Nossa preocupação é com as áreas ainda não favorecidas pela demarcação, além da saúde e da educação", diz o superintendente, acrescentando a existência de recursos já alocados especialmente para esses gastos.

A perspectiva da Funai com a Constituinte, segundo Daniel, é que permaneça a atual, que já protege e dá garantias às comunidades, ou que mude, mas para melhor, principalmente em relação à cultura e à terra.

Quanto ao fator fiscalização, que é considerado muito fraco por parte da Funai, principalmente em relação à invasão de mineradoras, o superintendente afirmou que a estrutura da Fundação não tem condições de fiscalizar mais rigidamente, pois tratam-se, segundo ele, e 467 áreas indígenas no país. "Entretanto, existe uma portaria, em conjunto, do Ministério das Minas e Energia e do Ministério do Interior, no sentido de coibir qualquer alvará de pesquisa mineral nas áreas indígenas", diz ele, acrescentando que até que seja normalizada e definida a política aduaneira, permanecerá essa portaria.